



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Senhor Deputado António Filipe,

Senhor Dr. Bernardino Soares, um brilhante deputado
que agora Preside à Câmara de Loures,

Senhor Professor Jorge Reis Novais,

Senhora Dra. Paula Valente, Representante da Editora
Almedina,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhores Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Bem-vindos à Biblioteca da Assembleia da República,

É uma honra poder estar aqui na apresentação deste livro
do Deputado António Filipe: “O Referendo na
Experiência Constitucional Portuguesa”.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

O Deputado António Filipe, com a sua competência, o seu brilhantismo, a sua dedicação à causa pública, é daqueles deputados que honram o Parlamento e contribuem para a dignificação do mandato parlamentar.

E por isso a sua opinião é sempre tão respeitada pelos seus pares e pelo público em geral.

Ao mesmo tempo que se dedica de alma e coração ao Parlamento, aproveita essa experiência e esse conhecimento para desenvolver um notável trabalho de docência e de investigação na sua área de eleição que é a do Direito Constitucional.

Esta obra que aqui nos junta é uma obra que me suscitou o maior interesse. Por ser o autor quem é, e também pelo tema escolhido.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Estamos num tempo em que a confiança nas instituições democráticas atingiu níveis preocupantes, e em que a nossa obrigação de democratas é encontrar formas de recuperar essa confiança e de reaproximar os cidadãos do poder democrático, conciliando cada vez mais a democracia representativa com a democracia participativa.

Não podemos pedir às reformas legislativas do sistema político aquilo que elas não nos podem dar: mais crescimento económico, mais emprego, mais rendimentos. E sem essa recuperação económica e social dificilmente teremos uma reconciliação plena das pessoas com a vida política.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Mas também não podemos ignorar o lugar que as reformas do sistema político ocupam na melhoria da qualidade da democracia, que é um processo de aperfeiçoamento gradual.

Nesse sentido, este exercício do deputado António Filipe é um exercício de análise histórica e de avaliação crítica deste instituto do referendo, e um trabalho da maior utilidade.

Este estudo constitui um valioso contributo para uma melhor compreensão da forma como os partidos políticos se têm posicionado em relação a este instituto do referendo ao longo destes anos, e da forma como os eleitores responderam a este instrumento de participação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Deste ponto de vista, a conclusão não é muito animadora: a experiência constitucional de 33 anos deste instrumento é algo decepcionante, pelo menos para os que esperavam um aumento da participação direta dos cidadãos.

A análise de António Filipe é também muito útil para compreendermos os incentivos e constrangimentos dos partidos em relação à dinâmica referendária.

O autor nota que as propostas de referendo têm frequentemente um âmbito negativo, de evitar que a maioria parlamentar aprove políticas que em princípio aprovaria se a decisão fosse apenas do Parlamento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Esta circunstância faz com que as maiorias parlamentares sejam de algum modo incentivadas a recusar a realização de referendos, enquanto as oposições podem ver aqui um incentivo para forçar a maioria a recusar a realização do referendo com receio de uma resposta negativa.

António Filipe identifica duas ocasiões em que as maiorias podem ser incentivadas a aceitar um referendo: quando estão tão confiantes no seu resultado que não se justifica assumirem o custo de o recusarem; ou quando esteja em causa uma decisão que divide a maioria, preferindo, assim, delegar a decisão nos cidadãos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Estamos todos a lembrar-nos de um caso em que isto foi mesmo assim: refiro-me evidentemente ao referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez...

Em relação à participação dos cidadãos, António Filipe lembra que a participação nos referendos nacionais ficou muito aquém das expectativas: 31,9% no primeiro referendo (despenalização da IVG); 48,12% no segundo (regionalização), 43,57% no terceiro (segundo referendo à despenalização da IVG).

Foram poucos os referendos nacionais realizados nos últimos 20 anos (apenas 3), e foi fraca a participação.

No entanto, convém sublinhar que esta não é uma circunstância específica da democracia portuguesa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Mais, acrescentaria eu: os referendos, tal como um pouco também as candidaturas presidenciais e agora, desde 1997, as candidaturas autárquicas, permitem um envolvimento dos cidadãos eleitores não filiados nos partidos nos grandes debates da vida política nacional e local, e com isso enriquecemos a democracia, porque damos mais oportunidades de participação a mais gente.

António Filipe parece concordar com esta ideia, pelo menos quando reconhece que esta experiência constitui uma forma serena de complementaridade com a democracia representativa: que, embora ocorrendo esporadicamente, permanece como uma válvula de escape para o sistema.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

E o sistema precisa mesmo de válvulas de escape, especialmente em períodos de crise, em que o desempenho económico nunca é aquele que as pessoas esperam.

Julgo que o livro também nos convida a uma reflexão necessária sobre a questão de o resultado de um referendo só ser vinculativo quando o número de votantes for superior a 50% dos eleitores recenseados.

Será que esta regra ainda se justifica? Não será que isto funciona, ao contrário do que se pretendia, como um poderoso incentivo para a desmobilização dos interessados na rejeição do referendo? Não será que esta regra acaba por favorecer a abstenção?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Enfim, estas são apenas algumas das muitas questões que o livro levanta e que o tornam, de facto, um importante trabalho de escrutínio crítico e avaliação de uma importante dimensão do sistema político.

Muito obrigado.